

JOHN OWEN



**APOS
TATIS
DO EVANGELHO**



JOHN OWEN

**APOS
TASIA
DO EVANGELHO**



Publicado originalmente em inglês sob o título: *Apostasy From The Gospel*

The Banner of Truth Trust, 3 Murrayfield Road, Edinburgh EH 12 6EL,
PO Box 621, Carlisle, Pennsylvania 17013, USA

© RFK Law 1992

First Published 1992

ISBN 0851516092

Traduzido e Impresso com permissão da The Banner of Truth Trust
sob o título: **Apostasia do Evangelho** — John Owen

1.^a Edição em português — 2001

2.^a Edição em português — 2021

É proibida a reprodução total ou parcial desta publicação, sem autorização
por escrito dos editores, exceto citações em resenhas.

Editor: Manoel Canuto

Tradutor: Hope Gordon Silva

Revisor: David C. Gomes e Claudete Água de Melo

Designer: Heraldo Almeida

SUMÁRIO

1. A NATUREZA E AS CAUSAS DA APOSTASIA DO EVANGELHO.....	7
2. APOSTASIA PARCIAL DO EVANGELHO.....	45
3. APOSTASIA DA VERDADE DO EVANGELHO	53
4. AS RAZÕES E CAUSAS DA APOSTASIA	61
5. TREVAS E IGNORÂNCIA: UMA CAUSA DE APOSTASIA.....	73
6. ORGULHO, NEGLIGÊNCIA, E AMOR AO MUNDO: CAUSAS DE APOSTASIA	91
7. APOSTASIA DAS DOCTRINAS DO EVANGELHO.....	103
8. APOSTASIA DOS MANDAMENTOS DO EVANGELHO.....	115
9. APOSTASIA E O MINISTÉRIO ORDENADO.....	133
10. MAIS CAUSAS DE APOSTASIA.....	141
11. APOSTASIA DO CULTO EVANGÉLICO	159
12. OS PERIGOS DA APOSTASIA GENERALIZADA.....	163
13. DEFESAS CONTRA A APOSTASIA	177

CAPÍTULO 1

A NATUREZA E AS CAUSAS DA APOSTASIA DO EVANGELHO

PANO DE FUNDO HISTÓRICO

A IGREJA PRIMITIVA era cautelosa com respeito a quem admitia à comunhão dos irmãos. Qualquer cristão que pecava, só era readmitido à comunhão se houvesse arrependimento ostensivo.

Mas onde pecados notórios e escandalosos fossem cometidos, tais como assassinato, adultério ou idolatria, não se permitia nenhuma readmissão à comunhão da igreja. Isso acontecia especialmente quando um cristão cometia idolatria por medo de ser martirizado por causa de sua fé.

A Igreja de Roma, no entanto, era considerada muito negligente e branda em sua disciplina. Tertuliano acusa Zefirino, Bispo de Roma, de receber adúlteras arrependidas e readmiti-las à comunhão da igreja.

Novacio e Novaciano se opuseram a essa frouxidão, indo ao extremo oposto. Negaram toda esperança de perdão e volta ao rol da igreja a qualquer pessoa que pecasse depois do batismo. Mas os seguidores de Novacio e Novaciano, horrorizados com disciplina tão extremista, preferiam deixar todas as pessoas, quando arrependidas, à mercê de Deus, e só se recusavam a readmitir aqueles que haviam cometido crimes notórios e escandalosos.

Eles tentaram estabelecer essa disciplina a partir da própria natureza do batismo, que nunca deveria ser repetido. A

ideia deles era que nenhum perdão poderia ser concedido àqueles que caíam em pecados dos quais haviam sido limpos na ocasião de seu batismo. Supunham que isso era o ensino na Epístola aos Hebreus 6.4-6. Portanto, como sempre acontece quando os homens pensam enxergar algum ensino ou doutrina especial em um texto ou passagem da Escritura, e não expõem sua interpretação à totalidade da luz da Palavra de Deus, esses versículos foram lamentavelmente mal entendidos e mal usados.

A Igreja de Roma, embora julgasse corretamente, a partir de outras passagens da Escritura, que os novacianos tivessem transgredido tanto a regra da caridade como a da disciplina evangélica ao recusarem readmitir ao rol da igreja os pecadores notórios quando estes se arrependiam, mesmo assim não souberam como lhes dar resposta segundo esse texto da Escritura. Então, em vez de se expor a julgamento e crítica adversos, ela se recusou a confirmar a autoridade dessa epístola. Ainda bem que mais tarde alguns homens doutos, pela sua interpretação sensata daquelas palavras, mostraram com clareza que aquele texto não sustentava os erros dos novacianos. Sem isso, os homens teriam mantido suas próprias interpretações em lugar de se submeterem à autoridade da Escritura, o que teria provado ser desastroso para a verdade. Mas essa epístola, dada por Deus para a edificação da igreja, teria por fim prevalecido qualquer que fosse a interpretação que os homens em seus preconceitos e ignorância tivessem dado ao ensino dela.

Toda essa controvérsia foi, no entanto, há muito sepultada, e as igrejas de hoje readmitem à comunhão aqueles que pecaram após seu batismo, quando se arrependem abertamente.

O sentido dessas palavras já foi, entretanto, assunto de debate acirrado em outras ocasiões.

Alguns supõem que aquele texto descreve crentes verdadeiros, e conseqüentemente ensinam que crentes verdadeiros podem decair e finalmente perecer.

Outros, ensinando que os crentes no pacto da graça não podem finalmente cair e perecer eternamente, ensinam que o texto destes versículos não se aplica aos verdadeiros crentes — ou que, se estão incluídos, essas palavras são apenas um aviso e o meio pelo qual os crentes verdadeiros são guardados de cair.

Alguns, quando leem ou ouvem essas palavras, consideram que por terem eles caído no erro e negligenciado seus deveres cristãos após ter professado sua fé no evangelho, devem ter cometido aqueles pecados aos quais nosso texto se refere, e assim ficam desanimados, ou creem que estão irremediavelmente perdidos.

Mas esses versos não desanimam ninguém de arrepende-se de seus pecados e se lançar sobre as misericórdias de Deus e de encontrar nele aceitação. Servem, entretanto, como aviso a todos os crentes descuidados.

HEBREUS 6.4-6

Ao estudar as palavras desse texto devemos observar o contexto, as pessoas a quem o texto se refere, e o que se pretendia com essas palavras.

O *contexto*. Uma das primeiras palavras do texto é “pois” [“assim” NTLH; “portanto” NVI], a qual nos manda olhar atrás e ver o motivo pelo qual essas palavras foram escritas. Logo antes temos as palavras: “se Deus permitir”. Mais à frente, no v. 9, os crentes são descritos como sendo aqueles de quem o autor confiava ver coisas melhores, coisas que acompanham a salvação, o que sugere que esse texto (v. 4-6) não se refere a crentes. Não obstante, ele os adverte dessa maneira para que não se tornem assim. Acusa-os de serem preguiçosos e negligentes. Em vez de crescerem e progredirem no conhecimento

de sua fé e práticas cristãs, eles estavam parados, quando não retrocedendo. Então ele os avisa do perigo que enfrentam se não se arrependem de seu comportamento atual. Não crescer no conhecimento do evangelho e na obediência às obrigações compreendidas é estar em perigo de retroceder àquela posição de descrença e ignorância da qual haviam sido resgatados e é rejeitar o evangelho completamente. Para adverti-los, o autor lhes dá uma descrição do estado infeliz e miserável daqueles que pareciam ter começado bem quando reconheceram publicamente sua aceitação do evangelho, e que depois, por ociosidade e negligência, escorregaram e recaíram na velha situação e nas antigas práticas, para então terminarem na apostasia. Podemos ver, destarte, como são úteis os avisos sérios e severos na pregação do evangelho.

As pessoas descritas. Eram pessoas que tiveram, por meio do evangelho, grandes privilégios e vantagens. Tendo estes sido menosprezados e negligenciados, aquelas pessoas encontravam-se em grande perigo de apostasia da qual nunca se poderiam recuperar (Hb 2.3).

Os privilégios que essas pessoas tinham eram quanto às obras especiais do Espírito Santo, obras específicas para a época do evangelho. Não poderiam ter sido feitas participantes delas sob a lei, no judaísmo. Então, nesse sentido, o Espírito não era recebido por “obras da lei, mas pelo ouvir a pregação da fé” (Gl 3.2). Esses privilégios testificavam que essas pessoas haviam sido libertas da servidão da lei por uma participação naquele Espírito que era o grande privilégio do evangelho.

Não há referência clara de qualquer pacto da graça ou da misericórdia por sobre elas ou para elas, nem de que tivessem executado qualquer dever da fé ou obediência. Não são declaradas justificadas, santificadas nem adotadas como filhos de Deus. Mais tarde, quando o escritor dessa epístola declara que espera e está mesmo persuadido de que seus leitores não faziam parte daquelas pessoas a respeito de quem ele havia

descrito, nem eram dos tais que cairiam na perdição, ele faz isso com base em três fundamentos:

(1) Crentes verdadeiros possuem características que sempre acompanham a salvação. São coisas inseparáveis da salvação. Portanto, nenhum dos elementos nesse texto é inseparável da salvação; caso contrário, seu argumento de que o estado em que se encontravam era seguro não poderia ser mantido.

(2) Crentes verdadeiros são conhecidos por sua obediência e pelos frutos da fé em suas vidas. Este era “seu trabalho e amor evidenciado para com o nome de Deus” (Hb 6.10). Com isso, nosso escritor os declara diferentes daqueles que já descreveu, que estavam em perigo de perecer eternamente. Mas ninguém que tenha estes frutos – fé salvadora e amor sincero – pode perecer.

(3) Crentes verdadeiros vivem sob os cuidados e a fidelidade de Deus, que prometeu preservá-los eternamente. “Deus não é injusto para que se esqueça.” Mas Deus só prometeu guardar de perecer eternamente aqueles que estão no pacto da graça e nada disso é suposto com respeito às pessoas descritas no texto. Absolutamente não são descritas como sendo aquelas que Deus prometeu fielmente conservar em segurança para a eternidade; antes muito pelo contrário. Assim, toda essa descrição fala de alguns privilégios do evangelho dos quais os que afirmam aceitar o evangelho foram participantes, quer tenham verdadeiramente crido ou não.

Veremos agora quais os privilégios que não acompanham a salvação.

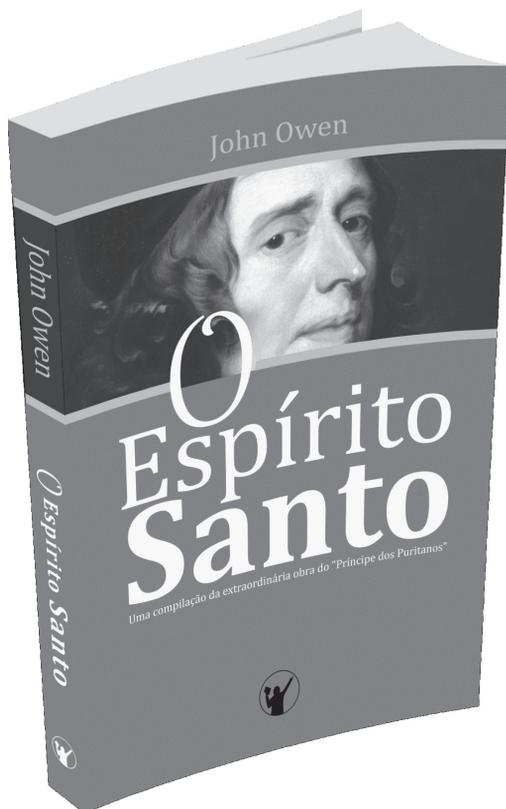
O primeiro privilégio é “iluminação” (v. 4). Eles haviam sido “uma vez iluminados”. A tradução siríaca diz “uma vez batizados”. É certo que na igreja primitiva o batismo era chamado de “iluminação”, e “iluminar” era empregado com o sentido “batizar”. Assim, as ocasiões de se batizar novos convertidos eram chamadas de “dias de luz”. O intérprete

siriaco deve ter tido isso em mente e a expressão “uma vez” sugere que tem sentido essa interpretação.

O batismo seria celebrado uma única vez segundo a fé da igreja de todos os tempos. E chamavam o batismo de “iluminação” porque, sendo uma ordenança de iniciação, introduzia o novo convertido ao privilégio de compartilhar os mistérios da igreja. Pelo batismo, portanto, os convertidos eram retirados do reino das trevas para o reino da luz e graça. Isso parece acrescentar apoio à visão de que o sentido pretendido no texto é mesmo o batismo, porque o batismo também é realmente o início e a base para se tomar parte em todos os outros privilégios espirituais mencionados. Era comum naqueles dias que, ao serem batizadas as pessoas, caía sobre elas o Espírito Santo, dotando-as com dons espirituais extraordinários que pertenceram de modo especial aos dias dos apóstolos.

Esta interpretação tem tanto para apoiá-la, que eu me sentiria tentado a aceitá-la de bom grado, não exigisse a palavra “iluminado” outra interpretação. Foi bem mais tarde, pelo menos um ou dois períodos ou mais depois de ter sido redigida essa epístola e as demais partes do Novo Testamento, que essa palavra passou a ser usada em sentido místico com a significação de batismo. Mas em toda a Escritura ela tem um outro sentido, que denota a obra interior do Espírito e não a administração exterior de uma ordenança. Aceitar uma palavra de uma forma especial, diferente de seu uso em todas as outras partes da Bíblia — a não ser que o texto nos force a isso, o que esse texto não faz — é presunçoso. E quanto à expressão “uma vez”, ela não se refere apenas a “iluminado”, e sim, igualmente a todos os outros privilégios nomeados nesse texto. “Uma vez” não significa senão que as pessoas descritas foram real e verdadeiramente participantes desses privilégios e bênçãos.

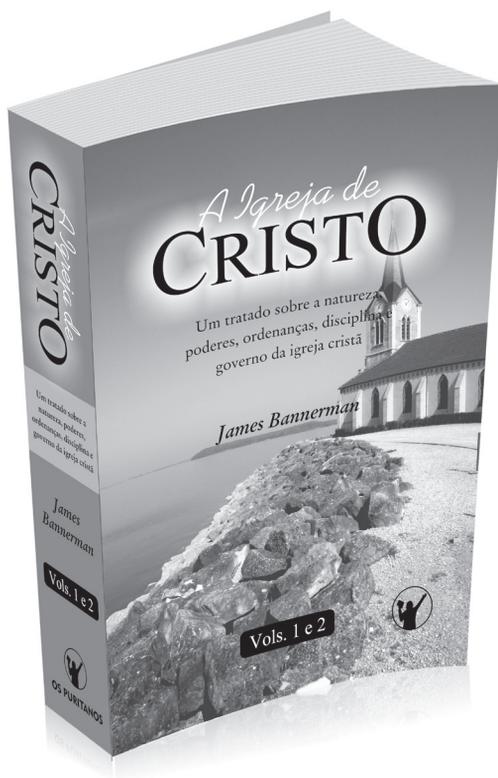
LEIA DO MESMO AUTOR



**DISPONÍVEL TAMBÉM
NA AMAZON**



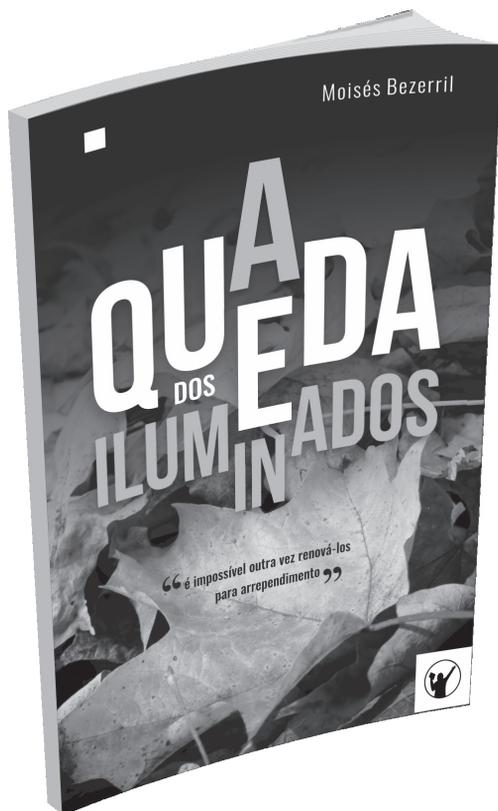
LEIA TAMBÉM



**DISPONÍVEL TAMBÉM
NA AMAZON**



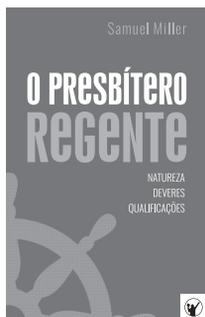
LEIA TAMBÉM



**DISPONÍVEL TAMBÉM
NA AMAZON**



OUTRAS PUBLICAÇÕES



IMPRESSO



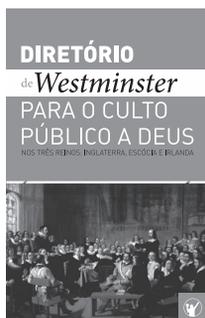
EBOOK



IMPRESSO



EBOOK



IMPRESSO



EBOOK